

ATA

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e vinte pelas dezoito horas, reuniu-se o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Castro Verde para uma reunião extraordinária, em regime *online*. A reunião iniciou-se com a presença de todos os conselheiros convocados, com exceção de Carla Malta e Célia Aguiar, representantes do pessoal docente, Mário Vaz e Sara Raposo representantes do pessoal não docente, Diana Daniel representante dos alunos, Cristina Raimundo, representante da ULS, Maria José Rita, representante dos Pais, Diogo Pereira, representante da Autarquia e do representante do Lar Jacinto Faleiro. -----

Antes da Ordem de Trabalhos -----

Aprovação das atas de 20- fev-2020; 27-fev-2020, 16-jun-2020 e 24-jun-2020 --

Ponto 1- Informações -----

- [Plano E@D do AECV](#) -----
- Ranking das escolas 2019 -----
- [Decreto-lei n.º 20/2020](#), de 1 julho, 1ª alteração ao DL 14-G/2020, 13 de abril -----
- [Orientações para a organização do ano letivo 2020/2021](#) -----

Ponto 2 – Constituição/renovação de Comissões de Trabalho Específicas e respetivas normas de funcionamento: -----

Acompanhamento do Processo de Avaliação do Diretor; -----

Acompanhamento do Desenvolvimento do Plano Anual de Atividades e Plano -----

Plurianual de Atividades; -----

Revisão e atualização do Regimento Interno do Conselho Geral . -----

Ponto 3 – Análise e aprovação do Documento Orientador da Avaliação do Diretor do AECV -----

Ponto 4 – Outros assuntos. -----

Antes de dar início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a presidente do -----
Conselho Geral solicitou aos presentes a aprovação das atas de 20 de fevereiro, de 27
de fevereiro, de 16 de junho e de 24 de junho, todas do presente ano. -----

Relativamente à primeira ata e depois do Conselheiro Daniel Braga Alves ter proposto
a alteração do nome do professor Jorge Alves e que foi aceite pelos presentes, esta ata
foi aprovada com nove votos a favor e três abstenções. O conselheiro Daniel Braga
Alves fez questão de referir que a sua abstenção se prendeu com o facto de não ter
tido acesso a qualquer informação que lhe permitisse ter feito ou votado a avaliação
do Sr. Diretor. -----

A ata de 27 de Fevereiro foi submetida a aprovação, tendo a mesma sido aprovada,
com quatro abstenções e oito votos a favor. A abstenção dos conselheiros Paulo
Nascimento, Carlos Ramos e Vasco Ferreira deveu-se ao facto de não terem estado
presente nessa reunião. -----

Relativamente às questões feitas pelo conselheiro Daniel Braga Alves, dirigidas à
presidente cessante professora Cidália Gil, foi-lhe respondido, pelo conselheiro David
Marques e corroborado pela presidente Paula Freire, que todas essas perguntas teriam
de ser colocadas a quem de direito e que nenhum dos conselheiros presentes poderia
fazê-lo. Acrescentaram ainda que a docente Cidália Gil já não faz parte deste Conselho

Geral. -----
De seguida, procedeu-se à aprovação da ata de 16 de Junho, que registou quatro abstenções e nove votos a favor. As abstenções das conselheiras Ana Contente, Rita Alcazar e Paula Freire deveram-se à sua ausência à referida reunião. O conselheiro Daniel Braga Alves fez saber que a sua abstenção foi motivada por não lhe ter sido facultada a documentação do anexo 2 pelo Sr. Diretor. -----
A ata de 24 de Junho foi aprovada, contando com uma abstenção, a do conselheiro Carlos Ramos, que esteve ausente nessa reunião. Os restantes votos foram a favor. ----

Relativamente ao ponto um da ordem de trabalhos, a presidente do Conselho Geral prestou as seguintes informações: -----

- Elaboração do Plano de E@D, conforme indicações que foram divulgadas através do site do Agrupamento de Escolas. -----
 - Como o senhor Diretor não pôde estar presente no início da reunião, a senhora Presidente considerou aguardar a sua chegada para que a informação sobre o Ranking das escolas fosse prestada. -----
 - O [Decreto-lei n.º 20/2020](#), de 1 julho, 1ª alteração ao DL 14-G/2020, 13 de Abril, que estabelece as medidas excepcionais e temporárias, na área da educação e no âmbito da pandemia da doença Covid-19, que deverão ser definidas e implementadas pelas escolas e que incluem um plano de ensino à distância, com as metodologias adequadas aos recursos disponíveis e ainda critérios de avaliação que tenham em conta os contextos e condições em que os alunos se encontram. -----
 - Sobre o documento “Orientações para a Organização do ano letivo 2020/2021”, o Diretor pronunciou-se acerca dele, referindo que o Ministério da Educação emitiu um conjunto de orientações e medidas, recomendando às escolas planificações que tenham por base vários cenários, o “regime presencial”, o “regime misto” e o “regime não presencial”, em que se deve considerar o regime presencial como regime regra e os regime misto e não presencial como exceção. -----
- Segundo a senhora Presidente, ambos os documentos merecem uma leitura cuidada, pois nortearão a construção dos documentos orientadores do próximo ano, assim como os procedimentos a cumprir por toda a comunidade educativa. -----

De acordo com ponto dois, foram constituídos grupos para: -----
O acompanhamento do Processo de Avaliação do Diretor;-----
O acompanhamento do Desenvolvimento do Plano Anual de Atividades e Plano Plurianual de Atividades; -----
A revisão e atualização do Regimento Interno do Conselho Geral. -----
O conselheiro Paulo Nascimento lembrou que essas comissões já haviam sido criadas anteriormente, mas que pouco tinham feito. -----
Assim, para agilizar o procedimento, a Presidente criou um formulário no qual os presentes mostraram a sua disponibilidade, sendo que, por inerência de funções, irá presidir às diferentes comissões. -----
Para acompanhar o processo de avaliação do Diretor, voluntariaram-se para integrar a comissão os conselheiros Manuela Florêncio, Paulo Nascimento, Susana Ferreira e Ana Contente. -----

O acompanhamento do Desenvolvimento do Plano Anual de Atividades e Plano Plurianual de Atividades será feito pelos conselheiros Tânia Arsénio, Daniel Alves e Vasco Ferreira. -----

Para a revisão e atualização do Regimento Interno do Conselho Geral disponibilizaram-se os conselheiros Carlos Ramos, David Marques e Ilda Palminha. -----

Quanto ao ponto três, análise e aprovação do Documento Orientador da Avaliação do Diretor do AECV, deliberou-se que este ponto seja tratado pela comissão constituída para avaliação do Diretor. A Presidente Paula Freire lembrou à comissão a consulta da **Portaria nº266/2012,** que estabelece as regras a que obedece a avaliação do desempenho dos diretores de escola. -----

Quando questionado sobre como poderão os conselheiros consultar a carta de Missão e o relatório feitos pelo Diretor, a presidente esclareceu os presentes respondendo que os documentos estão disponíveis na drive do Conselho Geral e na Classroom. Foi perguntado ao Diretor a que período reporta a avaliação, tendo respondido que a mesma respeita aos quatro anos de permanência no escalão, devendo ser avaliado aquando da mudança para o escalão seguinte, o que já deveria ter ocorrido. -----

A comissão criada para elaborar os documentos de avaliação do Diretor irá reunir o mais breve possível, por forma a acelerar o processo. -----

No ponto quatro da ordem de trabalhos, o conselheiro Daniel Braga Alves questionou o Sr. Diretor se tinha dado conhecimento ao Conselho Pedagógico da Assembleia de Pais e Encarregados de Educação ocorrida no dia 4 de março, tendo este respondido que o faria na próxima reunião desse Conselho, no dia 16 de Julho. -----

Relativamente ao relatório de avaliação do 2º período, o conselheiro Daniel Braga Alves voltou a inquirir se não havia sido feito, ao que o Sr. Diretor ripostou que, devido à pandemia, não foi possível elaborar um relatório integrador e essa avaliação será colocada no relatório final, no qual são apresentados os resultados comparativos das avaliações. Contudo, a análise da avaliação do 2º período foi feita em reunião do Conselho Pedagógico de 22 de Maio, tendo as várias estruturas apresentado relatórios específicos, identificado as situações mais complexas e definido as medidas pedagógicas a implementar no 3º período. -----

Aquele conselheiro expressou o seu desagrado com essa resolução. -----

O mesmo conselheiro perguntou como tinha sido feita a monitorização do ensino à distância e quais os dados obtidos, tendo em conta as partes envolvidas, nomeadamente docentes, discentes e pais/encarregados de educação. O Sr. Diretor esclareceu que já foram aplicados questionários à comunidade escolar. Os resultados serão integrados no Relatório Final do 3º Período, a apresentar ao Conselho Geral e ao Conselho Municipal de Educação. -----

No que respeita ao ensino à distância, o conselheiro David Marques informou que o Município está a acompanhar atentamente as medidas previstas para 2020/21, nomeadamente as integradas no PEES – Programa de Estabilização Económica e Social concretamente a Universalização da Escola Digital, estando preparado para intervir em complementaridade, quer individualmente, quer no contexto da CIMBAL - Rede Intermunicipal de Educação. -----

O conselheiro Daniel Braga Alves interpelou a Senhora Presidente no sentido de saber para quando estará prevista a participação dos pais/encarregados de educação em

sede de Conselho Pedagógico, ao que esta respondeu que, nos termos da legislação atual, nomeadamente o decreto-lei n. 137/2012, de 2 de julho, os pais só têm assento nesse conselho quando convidados e em situações excecionais. -----

O senhor Diretor informou os presentes sobre o resultado do “Ranking das escolas 2019”, referindo que este Agrupamento de Escolas ficou bem posicionado, tanto no ranking geral, em que ficou em 273º lugar num total de 625 escolas, como no distrito de Beja, relativamente às outras escolas dos concelhos limítrofes. No ranking do Ensino Profissional, este agrupamento ocupa o primeiro lugar a nível distrital. -----

O conselheiro Vasco Ferreira, interpelado pelo Diretor, falou sobre os resultados a Matemática e em particular da turma de 9º ano de que era diretor de turma. Disse que fora uma turma com um bom desempenho e acrescentou que a escola deverá criar um plano de qualidade, porque o que se pretende é uma escola de excelência. -----

Por terem sido várias as dificuldades informáticas tanto de alunos como de professores, as conselheiras Rita Alcazar, Manuela Florêncio e Ana Contente sugeriram que, no próximo ano letivo, fosse criada uma plataforma comum e que a Direção da escola promovesse, logo no início do ano, formação nessa área, abrangendo os interessados (alunos, professores e encarregados de educação) e incidindo sobre conceitos básicos da informática. -----

O conselheiro Paulo Nascimento usou da palavra e questionou o Sr. Diretor do AECV sobre se todos os alunos tiveram acesso a meios tecnológicos (computador e internet) durante o período de ensino à distância, tendo este informado que foram feitos todos os esforços nesse sentido, tendo a escola estabelecido parcerias, nomeadamente com a Somincor que cedeu vários equipamentos; foram ainda adquiridos vários equipamentos informáticos como tablets e routers, pelo que os alunos que não tiveram acesso a esses meios foi uma franja reduzida, tratando-se de alunos e famílias sem competências digitais, sendo que nesses casos, a escola colocou em prática a distribuição de trabalhos em papel, tendo assim mantido o acompanhamento a esses alunos. A informação foi complementada pela conselheira Ilda Palminha, que acrescentou ter ouvido as preocupações de alguns encarregados de educação, que temiam que esta desigualdade pudesse ter prejudicado a avaliação dos seus educandos. O Diretor esclareceu que, nos momentos de avaliação, deu orientações aos conselhos de turma para que os diferentes contextos sociais e familiares fossem tidos em linha de conta e nenhum aluno fosse prejudicado. -----

O conselheiro Daniel Braga Alves quis certificar-se com o Sr. Diretor se havia sido feito o registo da monitorização e acompanhamento com referência às medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão de todas e de cada uma das crianças e alunos nas diferentes ofertas de educação e formação, sem a referência exclusiva a discentes com necessidade educativas especiais. Este ponto é relevante porque, no âmbito da avaliação externa feita em 2015, seria um ponto em que a escola teria que apresentar melhorias. Acrescentou que o relatório emitido está disponível publicamente. -----

O Sr. Diretor respondeu que, no âmbito das competências da equipa EMAEI, definidas pelo D.L. nº 54/2018, será elaborado um relatório no final do ano letivo. O conteúdo deste relatório poderá integrar o habitual relatório final de ano letivo, habitualmente apresentado ao Conselho Geral e Conselho Municipal de Educação. -----

O conselheiro Paulo Nascimento voltou a sublinhar a importância do reforço dos mecanismos de promoção da igualdade e equidade nas respostas escolares específicas

que mitiguem as desigualdades, referindo que essa é uma das linhas de orientação que consta do documento de organização do ano letivo 2020 – 2021, emanado da DGEsTE e distribuído aos conselheiros. -----

O conselheiro Daniel Braga Alves questionou o Sr. Diretor, indagando se todos os docentes do 1º ciclo tinham equipamento informático para interagir com os alunos, tendo-lhe sido dito que todos os docentes tiveram acesso à internet e que, pontualmente, um ou outro professor, por avaria no seu computador, recorreu a equipamentos ou “router” cedidos pelos parceiros, Somincor ou Autarquia e o mesmo aconteceu com alunos, quando necessitaram. -----

O conselheiro Paulo Nascimento usou da palavra e questionou o Sr. Diretor do AECV sobre qual a entidade promotora das AECs no próximo ano letivo. -----

O Sr. Diretor esclareceu que, em reunião com o Sr. Vereador David Marques, ficou decidido que, no próximo ano, será a autarquia a entidade promotora das AEC’s, o que vê de bom grado, já que o limite para a transferência de competências das escolas para as autarquias é o final do ano. Solicitou ao conselheiro David Marques que interviesse, para complementar esta informação, tendo este referido que o Município de Castro Verde se disponibilizou para assumir a promoção e gestão das AEC’s no ano letivo 2020/21, tendo manifestado esta intenção em reunião realizada com o Diretor do AECV no dia 26 de junho. Esta opção visa acompanhar o processo de transferência de competências, que terá o seu início em setembro de 2020 e possibilitar a articulação entre as AEC’s e as ofertas de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e de Complemento de Apoio à Família (CAF), que já são da responsabilidade do Município. No estrito respeito dos objetivos para que foram criadas as AEC’s, pretende-se minimizar os efeitos negativos das lacunas de horários, que muito impacto tiveram no ano letivo que terminou, implementando um modelo que envolva a comunidade através de parcerias com instituições e associações do concelho. -----

Estando previsto que a entidade promotora passe a ser a Autarquia, o conselheiro Paulo Nascimento questionou se vão ser utilizados recursos humanos do Agrupamento e Ministério da Educação, ao que o conselheiro David Marques respondeu que a Autarquia assegurará atividades de Expressão Física e Motora assim como as Atividades Lúdicas e Expressivas (ALE) e que o Agrupamento dará outras sugestões, por forma a irem de encontro às necessidades das crianças e respetivas famílias. -----

O conselheiro Paulo Nascimento explicou que esta sua intervenção vem na sequência das dificuldades que se verificaram na dinamização das AECs neste ano letivo, situação que preocupou muito os pais, conforme foi do conhecimento do Conselho Geral. O conselheiro recomendou, uma vez que está em curso uma nova planificação, que a mesma seja atempada e cuidada e tenha em linha de conta os verdadeiros objetivos das AEC’s, equacionando áreas para as quais se sabe que há hipótese de disponibilidade de monitores. Considerou importante a ligação da escola à comunidade, conforme foi mencionado, e deixou ainda a nota sobre a necessidade de se ter em atenção os horários a criar, uma vez que esse também foi um dos motivos que esteve na base das dificuldades sentidas, evitando situações, como as que aconteceram em muitos lugares, em que os monitores contratados a empresas “quase pagam para trabalhar”. -----

O conselheiro Daniel Braga Alves propôs que fossem agendadas as próximas reuniões de Conselho Geral. A presidente deste conselho sugeriu o dia 20 de Julho, uma vez que

o Conselho Pedagógico reúne no dia 16 de Julho. A outra reunião do Conselho Pedagógico ainda não tem dia certo, será provavelmente a 28 ou 29 de Julho, ficando assim pendente a marcação da reunião do Conselho Geral. -----

A Presidente Paula Freire informou ainda acerca das Olimpíadas Nacionais da Informática 2020, organizadas pela Universidade do Porto (UP), nas quais se destacou o aluno do 12º ano, Ricardo Antunes, entre os primeiros oito classificados, tendo sido apurado para as Olimpíadas Ibéricas e estando em estágio para seleção dos 4 representantes do país nas Olimpíadas Internacionais de Informática, organizadas por Singapura. -----

Informou ainda da realização do BEBRAS, um concurso de pensamento computacional também organizado pela UP no qual o aluno Tomás Vaz foi o vencedor nacional do IV escalão – 7º/8º anos. -----

Da presente ata são parte integrante os anexos: -----

- Folha de Presenças – presenças recolhidas por meio de marcação de presença digital em formulário próprio. -----
 - Sondagens sobre Constituição/Renovação de Comissões de Trabalho Específicas, recolhidas por meio digital através de resposta a questionário em Google Forms. -----
 - Documentos de Funcionamento das Comissões constituídas/renovadas apreciados, alterados e ratificados (Acompanhamento do Processo de Avaliação do Diretor; Acompanhamento do Desenvolvimento do Plano Anual de Atividades e Plano Plurianual de Atividades; e Revisão e atualização do Regimento Interno do Conselho Geral). -----
 - Atas aprovadas e respetiva recolha de votações por meio digital. -----
- Nada mais havendo a tratar, e por ser verdade, lavrou-se a presente ata que vai ser assinada pela presidente e por mim que a secretariei. -----

06/julho/2020

A Presidente do Conselho Geral

A Secretária



(Paula Freire)

(Ana Maria Contente)